

Avaliação da governança na implementação dos ODS: Levantamento bibliográfico das contribuições teóricas ao tema (2015-2021)

Assessment of governance in the implementation of the SDGs: Bibliographic survey of theoretical contributions to the theme (2015-2021)

Evaluación de la gobernanza en la implementación de los ODS: Encuesta bibliográfica de aportes teóricos al tema (2015-2021)

Recebido: 13/02/2022 | Revisado: 20/02/2022 | Aceito: 28/02/2022 | Publicado: 08/03/2022

Joyce Souza Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2832-3325>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: joycessfb@gmail.com

Amilson Albuquerque Limeira Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8375-6369>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: amilson.albuquerque@gmail.com

Maria de Fátima Martins

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9578-9555>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: fatimamartins2005@gmail.com

Resumo

A preocupação com o futuro do planeta despertou, nos últimos anos, a necessidade de mudança frente à atual forma de interação entre homem e o meio ambiente, abrangendo fatores econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Nesse sentido, a ONU e seus países membros definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, traçando na Agenda 2030 um plano de ação para os próximos 15 anos. Contudo, a implementação desses objetivos requer um esforço direcionado à transformação do pensamento hodierno e, conseqüentemente, de atitudes que almejem a sustentabilidade planetária. A Agenda 2030 cita a governança como fator fundamental para o desenvolvimento sustentável e na implementação desses objetivos, indicando a necessidade de avaliação de possíveis progressos e obstáculos. Objetivando mapear trabalhos que abordassem a avaliação da governança na implementação dos ODS, assim como em outras áreas, para fornecimento de subsídio teórico e contribuições para pesquisas futuras direcionadas aos ODS, foi realizado o levantamento de artigos nas bases Scopus e Web of Science visando resolver a seguinte indagação: com que frequência a abordagem de temas relacionados à governança alcança a discussão acerca dos ODS? Foi verificada uma lacuna direcionada aos trabalhos que abordassem a avaliação da governança na implementação dos ODS de forma integrada. No entanto, mesmo em pequeno número, também foram identificados estudos práticos e teóricos de grande contribuição no sentido da avaliação da governança.

Palavras-chave: ODS; Governança local; Governança; Avaliação da governança.

Abstract

Concern about the future of the planet has awakened, in recent years, the need for change in the face of the current form of interaction between man and the environment, encompassing economic, social, environmental and institutional factors. In this sense, the UN and its member countries defined the Sustainable Development Goals (SDGs) in 2015, outlining in the 2030 Agenda an action plan for the next 15 years. However, the implementation of these objectives requires an effort aimed at transforming today's thinking and, consequently, attitudes that aim at planetary sustainability. The 2030 Agenda cites governance as a fundamental factor for sustainable development and in the implementation of these goals, indicating the need to assess possible progress and obstacles. Aiming to map works that approach the evaluation of governance in the implementation of the SDGs, as well as in other areas, to provide theoretical support and contributions to future research directed to the SDGs, a survey of articles was carried out in the Scopus and Web of Science databases in order to resolve the following question: how often does the approach to issues related to governance reach the discussion about the SDGs? There was a gap aimed at works that addressed the assessment of governance in the implementation of the SDGs in an integrated manner. However, even in small numbers, practical and theoretical studies of great contribution towards the evaluation of governance were also identified.

Keywords: SDGs; Local governance; Governance; Governance assessment.

Resumen

La preocupación por el futuro del planeta ha despertado, en los últimos años, la necesidad de un cambio frente a la forma actual de interacción entre el hombre y el medio ambiente, que abarca factores económicos, sociales, ambientales e institucionales. En este sentido, la ONU y sus países miembros definieron los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en 2015, delineando en la Agenda 2030 un plan de acción para los próximos 15 años. Sin embargo, la implementación de estos objetivos requiere un esfuerzo encaminado a transformar el pensamiento actual y, en consecuencia, las actitudes que apuntan a la sostenibilidad planetaria. La Agenda 2030 cita a la gobernanza como un factor fundamental para el desarrollo sostenible y en la implementación de estos objetivos, indicando la necesidad de evaluar posibles avances y obstáculos. Con el objetivo de mapear trabajos que aborden la evaluación de la gobernanza en la implementación de los ODS, así como en otras áreas, para brindar sustento teórico y aportes a futuras investigaciones dirigidas a los ODS, se realizó un relevamiento de artículos en Scopus y Web of Science para resolver la siguiente pregunta: ¿con qué frecuencia el abordaje de los temas relacionados con la gobernanza llega a la discusión sobre los ODS? Hubo un vacío dirigido a trabajos que abordaran la evaluación de la gobernanza en la implementación de los ODS de manera integrada. Sin embargo, aunque en pequeño número, también se identificaron estudios prácticos y teóricos de gran contribución para la evaluación de la gobernabilidad.

Palabras clave: ODS; Gobernanza local; Gobernanza; Evaluación de la gobernanza.

1. Introdução

Em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a ONU lançava os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com apoio de 191 nações, incluindo o Brasil, propondo o cumprimento de suas metas até o ano de 2015, objetivando o desenvolvimento de um mundo melhor. Segundo Roma (2019), os ODM tinham por finalidade a obtenção de progresso mundial culminando na extinção da extrema pobreza e da fome, considerados os principais problemas que afetavam o mundo de maneira direta, principalmente as populações mais pobres. Para dar continuidade ao projeto iniciado pelos os ODM em 2000, a Assembléia Geral da ONU, junto com chefes de estado e representantes dos 193 países-membros, adotava-se, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, composto por 17 objetivos e 169 metas integrantes da Agenda 2030, consistindo em plano de ação para os próximos 15 anos, direcionado à obtenção do desenvolvimento humano e socioambiental em suas diversas nuances.

No entanto, a tarefa de implementar os ODS não é tão fácil quanto se imagina, pois requer o comprometimento e emprego de esforço contínuo por parte de órgãos, agentes públicos, entidades de personalidade jurídica pública e privada, ONG's, segmentos sociais e demais atores e representantes da sociedade civil organizada, atuando conjuntamente e de forma articulada, com vistas a garantir a efetividade de tais ações nas múltiplas dimensões em que passam a ser preconizadas. É nessa perspectiva de cooperação, responsabilização e universalização de deveres voltados à consecução dos citados objetivos, que a governança se encontra inserida. Graham et al. (2003, p.2) definem a governança como o conjunto das "(...) interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer", fundamentando esse conceito em três palavras-chave: poder, relacionamentos e responsabilidade.

Outro ponto importante na busca do cumprimento dos ODS é a avaliação da governança no sentido da implementação. Gomes et al. (2016, p.77), ao tratar sobre as discussões relacionadas às metodologias de acompanhamento dos ODS, aborda a importância da "avaliação da governança e do desempenho das políticas públicas; avaliação da coerência entre o compromisso com os ODS e as políticas públicas" como pontos-chave para a implementação dos ODS em curto, médio e longo prazo.

É na perspectiva da importância da governança e de sua avaliação na implementação dos ODS, que o presente trabalho buscou identificar nas bases de dados Scopus e Web of Science, publicações que tratassem da avaliação e relação da governança com o alcance dos ODS em seus diversos níveis de extensão. Ademais, observa-se, a priori, que a expansão da avaliação de trabalhos, não apenas em nível dos ODS, tem sido realizada no sentido de se construir base teórica sobre avaliação da qualidade da governança, metodologias e estruturas que estão sendo utilizadas nas mais diversas aplicações,

objetivando mapear bibliografias para aplicações futuras e específicas direcionadas ao alcance otimizado dos ODS. A expansão para outros temas parece ocorrer, ainda, pela escassez de trabalhos que relatam essa relação da governança com a implementação dos ODS.

Observa-se, no entanto, certa dificuldade em se localizar literatura específica apta ao trato sistematizado de temas que envolvam a governança como ponto de partida para o alcance efetivo dos ODS, circunstância que circunscreve o problema de pesquisa à seguinte indagação: com que frequência a abordagem de temas relacionados à governança alcança a discussão acerca dos ODS?

Desse modo, considerando a dificuldade de acesso à literatura especializada, bem como a influência crescente que temas de governança passam a exercer sobre a agenda de metas definidas pelos ODS, parte-se à exposição e detalhamento metodológico, com sequência na apresentação dos resultados e conclusões mediante análise comparativa dos resultados obtidos através do emprego da técnica bibliométrica, acompanhada da reunião dos principais achados teóricos, como conceitos de governança e trabalhos voltados às abordagens qualitativas de materialização dos ODS em áreas diversificadas, seguido de tópico que trata especificamente dos principais escritos que correlacionam a literatura que aborda a governança sob a ótica de materialização dos ODS.

2. Metodologia

A pesquisa realizada é do tipo quali-quantitativa, de natureza básica e quanto ao objetivo exploratória, tendo sido empregado o procedimento bibliográfico, consistindo no levantamento bibliográfico da literatura que correlaciona o conceito de governança com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo instrumentalizada através do emprego da técnica bibliométrica, a partir da qual estrutura-se análise dos estudos publicados em livros, artigos e relatórios (Ferreira, 2011) para fins de compreensão, avaliação e sistematização da produção acadêmico-científica de maior relevância para a investigação da temática considerada (Ramos-Rodríguez & Ruíz-Navarro, 2004).

Para obter documentos similares, a pesquisa foi realizada em duas bases de dados, a Scopus e a Web of Science, utilizando as mesmas palavras-chave, operadores booleanos e filtros. As palavras-chave e operadores booleanos (AND e OR) escolhidos foram os seguintes: ("governance index" OR "governance indicator" OR "governance indicators" OR "governance quality") (TITLE-ABS-KEY) AND ("municipal governance" OR "local governance" OR "public governance" OR "municipal" OR "local" OR "public") TITLE-ABS-KEY AND ("sustainable development goals" OR "SDG*" OR "sustainable development" OR "sustainability") TITLE-ABS-KEY OR ("governance index" OR "governance indicator" OR "governance indicators" OR "governance quality") TITLE-ABS-KEY AND ("municipal governance" OR "local governance" OR "public governance" OR "municipal" OR "local" OR "public") KEY.

As publicações foram filtradas, inicialmente, pelo ano de publicação, sendo escolhidos os documentos publicados a partir de 2015, ano de lançamento da Agenda 2030. O segundo filtro realizado foi o tipo de documento, onde foram escolhidos apenas os artigos. Por fim, os documentos foram filtrados pelos idiomas inglês, espanhol e português. Ambos os arquivos foram salvos em Excel com o registro completo.

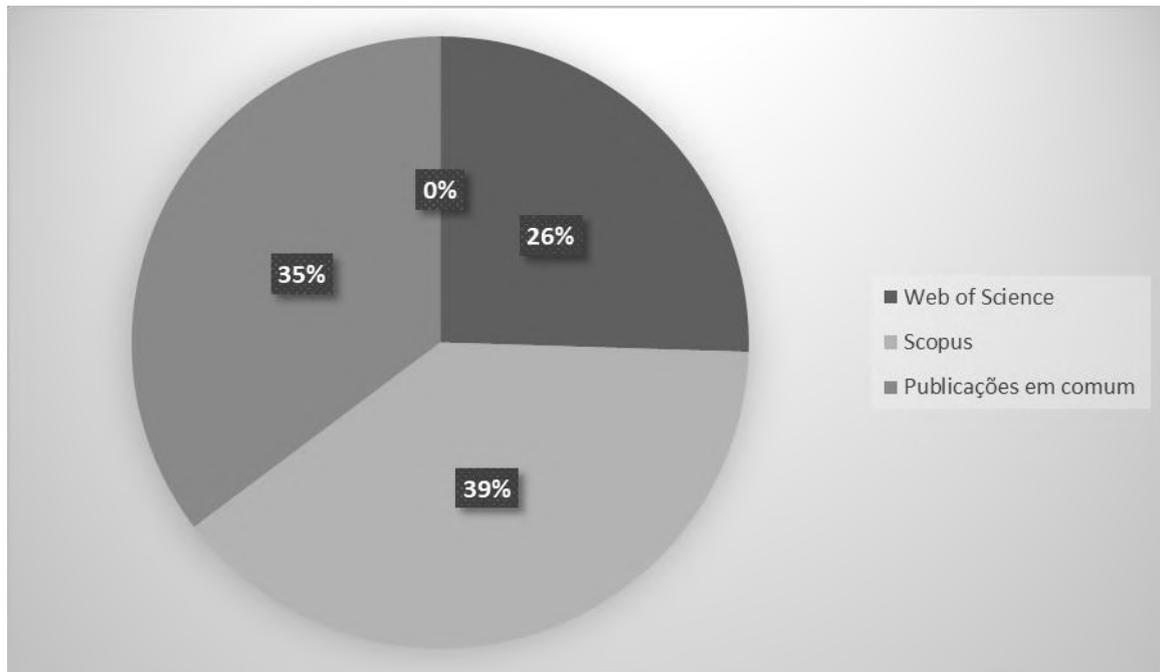
A análise dos artigos foi realizada a partir da leitura completa, objetivando identificar os principais conceitos referentes à avaliação da governança local e a implementação dos ODS, referências importantes e trabalhos que abordam a temática. Além disso, realizou-se a comparação das publicações encontradas em ambas as bases, como número de artigos e as publicações em comum.

3. Resultados e Discussão

3.1 Análise comparativa dos resultados obtidos nas bases de dados

Foi realizada, inicialmente, uma análise comparativa quantitativa dos artigos encontrados na *Scopus* e na *Web of Science*, onde os resultados são retratados graficamente, por base de dados, na Figura 1.

Figura 1 - Número de publicações por base de dados.

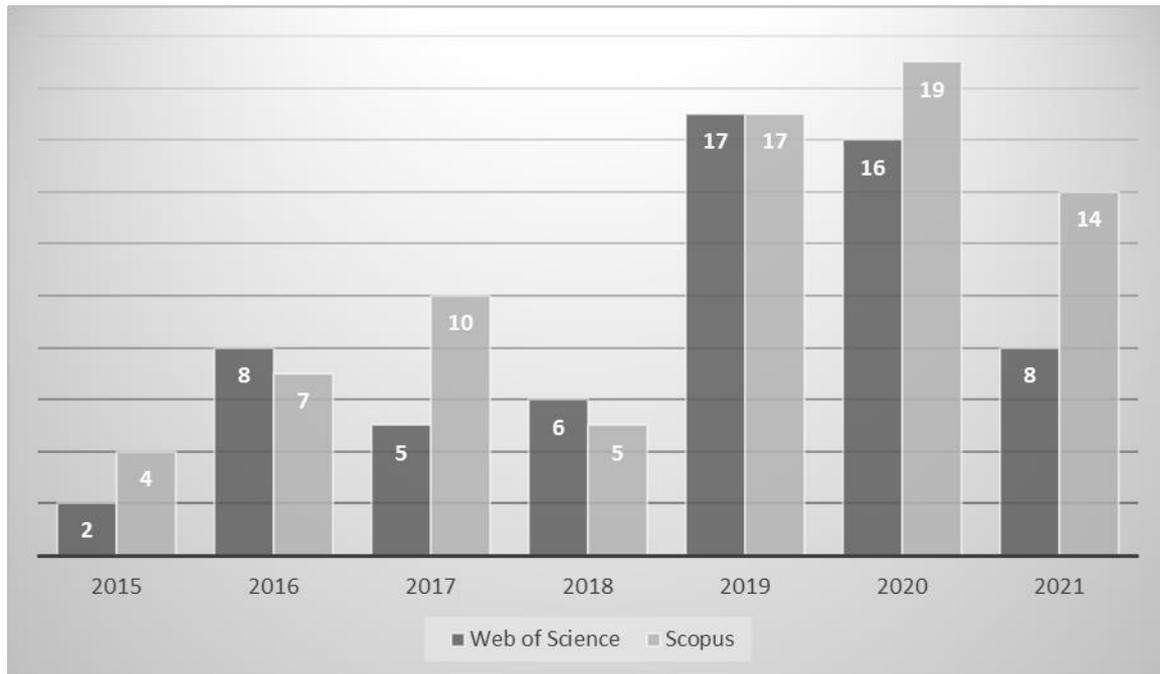


Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram encontrados 102 artigos, somando os resultados das duas bases de dados, 62 encontrados na *Web of Science* e 76 na *Scopus*, sendo 36 artigos em comum nas duas bases de dados, ou seja, encontrados em ambas, reduzindo o número de publicações encontradas exclusivamente na *Web of Science* para 26 e na *Scopus* para 40.

Abaixo, na Figura 2, os artigos são agrupados por base de dados, onde os números de publicações para cada uma delas são indicadas no recorte temporal (entre 2015 e 2021) escolhido para formação de base dados utilizada na pesquisa.

Figura 2 - Número de artigos publicados por base de dados entre 2015 e 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível observar que o número de publicações aumentou ao longo dos anos, se concentrando, principalmente, entre 2019 e 2020. Vale salientar que a pesquisa foi realizada antes do final de 2021 e por isso não considera os artigos que poderão ser publicados nos meses seguintes do corrente ano.

3.2 Governança

Nesta seção foram reunidos alguns dos conceitos de governança abordados nos artigos encontrados. Além disso, também foram extraídos desses artigos importantes citações sobre a qualidade da governança e sua influência nas mais diversas áreas. Existem vários conceitos de governança na literatura, com vários significados e adaptações de acordo com a área na qual é aplicada, no entanto, a maioria deles concorda que a governança remete à qualidade institucional e à forma com a qual os indivíduos envolvidos nos processos de gestão atuam com a finalidade de consecução de determinado objetivo. Abaixo, são apresentados na Tabela 1, os principais conceitos de governança encontrados na base de dados pesquisada.

Tabela 1 - Conceitos de governança.

CONCEITO DE GOVERNANÇA	REFERÊNCIA
“as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui (a) o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituído; (b) a capacidade do governo de formular e implementar políticas sólidas com eficácia; e (c) o respeito dos cidadãos e do estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles.”	Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010, p. 4)
“processos por quais decisões de políticas públicas são tomadas e implementadas”; “o resultado de interações, relacionamentos e redes entre os diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e envolve decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes interessadas para determinar quem obtém o quê, quando e como”.	Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020)
“um novo modo de governar que é distinto do modelo de controle hierárquico, um modo mais cooperativo onde atores estatais e não estatais participam de redes mistas públicas/privadas.”	Mayntz, (2001, p. 35 como citado em Fernández-Tabales, Foronda-Robles, Galindo-Pérez-de-Azpillaga, & García-López, 2017)
“a análise e compreensão dos problemas por políticos eleitos e nomeados e sua equipe sênior, a formulação de políticas, o processo de deliberação e cogitação, o processo de cultivar e exercer o julgamento político, a tomada de decisões e a supervisão e o escrutínio que outros políticos e reguladores exercem.”	6 (2004, p.2 como citado em Da Cruz & Marques, 2017)
“pode ser entendido como a forma como as ações públicas são pautadas, numa perspectiva de manutenção dos valores constitucionais, na face de problemas, ambientes e agentes em constante mudança.”	OCDE (2006, p.16 como citado em Amaral, Mato & Iquiapaza, 2018)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das referências citadas.

Um dos conceitos mais utilizados de governança nos artigos analisados é o conceito de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010). Os autores, em seu trabalho intitulado de *‘The World Wide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues’*, abordam os indicadores de governança mundial, sendo estes: voz e responsabilidade; estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; eficácia do governo; qualidade regulatória; Estado de Direito e controle de corrupção.

Esse conceito é abordado por Bayar (2016) para introduzir a importância e impacto da governança no crescimento econômico de longo prazo, sendo alvo de estudos que buscam explorar e mensurar esse impacto, onde a maioria deles utilizam os Indicadores de Governança Mundial (*Worldwide Governance Indicators – WGI*) na análise dessa relação. Ben Ali e Ben Abdul Aziz Al Yahya (2019) também abordam esse conceito ao investigar o efeito da governança na dívida pública através dos *WGI*, demonstrando uma relação onde a má governança transmuta-se em má administração da dívida pública. Im e Choi (2018) também citam o conceito para realizar uma avaliação crítica dos índices que são utilizados para avaliar o desempenho do governo no aumento da competitividade nacional, citando os *WGI* como um exemplo de índice que auxilia na compreensão sobre como o governo promove competitividade. O conceito também é abordado por Tarek e Ahmed (2017) ao analisar a relação da qualidade institucional e da dívida pública, utilizando-se também dos *WGI* nessa análise.

Wilde *et al.* (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) conceitua governança em nível local e Czepil (2020) tomando essa definição, acrescenta que a governança não é um conceito concebido apenas para órgãos do governo formalizados, mas também para outras entidades que possam desempenhar um papel auxiliar. A partir disso, é possível argumentar que a governança não é exercida apenas pelo governo, mas também por diversas instituições, organizações, entidades, sujeitos e atores sociais.

Mayntz (2001, p. 35 como citado em Fernández-tabales *et al.*, 2017) amplia os conceitos de governança vistos anteriormente. Nesse conceito, a palavra cooperação se sobressai ao alinhar que a rede de governança é composta não apenas por atores estatais, pois se trata de uma rede mista. A participação dos mais diversos setores, como instituições privadas, organizações não governamentais, membros da sociedade civil, além do próprio governo, dentre outros, nos processos decisórios de gestão, trabalhando em prol do bem público, é uma característica singular da governança pública ao considerar todos os interessados como importantes e necessários nos processos.

Da Cruz e Marques (2017) complementam o conceito abordado argumentando que “a "qualidade" da governança local está ligada às práticas reais dos governos locais e "nível de governança" se relaciona ao grau de cumprimento e observância dos critérios exigidos. Aqui, os autores já colocam o conceito de governança, mesmo que indiretamente, enquadrado em um plano de avaliação quanto à qualidade e ao nível de governança, interligados pela importância de ações individuais em âmbito local.

Amaral et al. (2018) vão além, complementando o conceito no âmbito da governança pública a abordando como os arranjos formais e informais que conformam a tomada de decisão, além de argumentar sobre a importância da responsabilidade dos agentes envolvidos nos processos de tomada de decisões.

A qualidade da governança, bem como o nível de governança são pontos cruciais para a compreensão de como a ação dos agentes envolvidos nos processos decisórios podem afetar no bom andamento do serviço público local. A maioria das publicações analisadas na pesquisa abordam a qualidade da governança nas mais diversas áreas e como a compreensão e avaliação, nesse sentido, pode ser importante na melhoria das ações e práticas nas áreas direcionadas.

Oydele (2012 como citado em Asuquo et al. 2021) escreve acerca da importância da boa governança para garantir o fornecimento de forma eficaz e eficiente de infraestrutura, argumentando que a mesma promove a responsabilização, reduz a corrupção e minimiza, simultaneamente, o desperdício de recursos, garantindo que sua alocação ocorra consoante prioridades do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a boa governança torna-se crucial para o desenvolvimento econômico pátrio, já que está relacionada à alocação de recursos pelos indivíduos envolvidos de forma responsável e ética, garantindo a consecução dos objetivos traçados nacionalmente.

Ademais, vale salientar que a melhoria da qualidade da governança local tem tido importância considerável nas ações de promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável (Aksoy & Tumen, 2021), o que Su e Bui (2017) compreendem como ponto crucial para alcance de uma boa governança pública, sendo de extrema importância também dentro da agenda estratégica de países em processo de desenvolvimento político, realizando abordagem com foco nos seus principais elementos: responsabilidade, transparência, eficiência, eficácia, capacidade de resposta e Estado de Direito.

3.3 Governança e ODS

Nesse tópico foram reunidas as publicações que tratam diretamente ou indiretamente dos ODS e seu grau de relevância nos processos de governança, bem como citações consideradas importantes na compreensão dessa relação e em suas aplicações, seja nos ODS de maneira isolada, seja de forma integrada.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são notavelmente um conjunto de esforços em todos os âmbitos da sociedade para a construção de um futuro socioambientalmente equilibrado. Tais objetivos emergiram de uma necessidade relacionada à mudança no relacionamento homem *versus* meio ambiente, onde estão enquadrados os âmbitos econômico, social, ambiental e institucional, visando proporcionar a manutenção de recursos do planeta para as gerações futuras, visto que no ritmo atual, diante das ações humanas, essa possibilidade mostra-se de modo cada vez mais problemático.

Os ODS presentes na Agenda 2030 consistem em plano de ação voltado à melhoria das relações homem-natureza, com foco em ações de preservação, conservação e uso racional de recursos naturais. Reunindo 17 objetivos que englobam 169 metas, a Agenda 2030 busca promover meios para que as nações se desenvolvam, objetivando melhoria na qualidade de vida da população, respeitando os limites do planeta. No entanto, visando a implementação dessas metas e consequentemente dos seus objetivos, torna-se necessário a cooperação global em uma força-tarefa voltada ao alcance final do próprio desenvolvimento sustentável. Para a consecução dessas metas e objetivos, emerge a importância de uma estrutura de governança eficiente e responsável. Nesse aspecto, é válido destacar que a Agenda 2030 trabalha a governança em seus objetivos nos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Ahmed e Araral (2019), ao investigarem sobre a governança da água na Índia realizaram um estudo para avaliar se a governança da água em oito estados indianos teve melhoria após o anúncio dos ODS. Os autores abordam que a Índia, em coordenação com os governos estaduais, se comprometeu em implementar os ODS no momento da sua adoção pela ONU, incluindo o ODS 6 que preconiza o direito de acesso à água potável e ao saneamento. O estudo utilizou dados de pesquisas realizadas antes e após o anúncio dos ODS em 2015 e concluiu que houve aumento das pontuações médias na legislação da água, política e administração, entre a pesquisa realizada antes e após o anúncio.

Bradshaw *et al* (2019), em sua pesquisa sobre a influência de determinantes socioeconômicos e ambientais na saúde infantil na África, utilizaram a qualidade da governança como um dos indicadores de desempenho na saúde infantil. Uma das hipóteses formuladas pelos autores para o estudo é de que “a qualidade da governança de um país seria correlacionada com a saúde infantil média, dado as evidências de que aumentar a democracia e, portanto, reduzir a corrupção, geralmente melhora os resultados de saúde infantil.” Os resultados obtidos pelos autores demonstram importante relação da qualidade da governança na saúde infantil, além de enfatizar a importante relação do ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 6 (Água potável e saneamento), argumentando que o investimento contínuo em água potável e em saneamento é de extrema importância na melhoria das condições de saúde infantil.

Ainda na perspectiva da saúde, Ruiz-Cantero, Guijarro-Garvi, Bean, Martínez-Riera e Fernández-Sáez, (2019) trabalham a governança na redução da mortalidade materna, comprovando através de números que as metas traçadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM para a redução da mortalidade materna não foram totalmente alcançadas, necessitando de esforços para otimização dos resultados constatados. Os autores concebem a governança como um importante fator estrutural nessa redução, inclusive reconhecido pela comunidade internacional e incorporado nos ODS, citando o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), que especifica a necessidade de melhoria nas taxas de corrupção pública, responsabilidade governamental e o Estado de Direito.

Casiano Flores *et al* (2020) tratam da governança na implementação de veículos aéreos não tripulados para administração do uso sustentável de terras em Ruanda através da abordagem ‘*fit-for-purpose*’, citando que “a implementação de nossas recomendações de política, com base na abordagem FFP de “direitos à terra para todos” pode apoiar a realização dos ODS em Ruanda”.

Sokolow *et al.* (2019) em seu trabalho sobre a comparação da pegada hídrica e densidade de nutrientes das safras para a sustentabilidade do sistema alimentar, abordam que a relação entre a nutrição humana e o uso dos recursos disponíveis para suprir a alimentação da população mundial, que vem crescendo continuamente, requer maior atenção dos tomadores de decisão em todos os níveis de governança. Os autores citam o reconhecimento dos ODS quanto à contribuição da nutrição e os recursos de água doce para o desenvolvimento sustentável, assim como na melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, eles realizam uma crítica aos ODS quanto à falha na vinculação de iniciativas que dizem respeito à saúde e ambiente, como com questões relacionadas à segurança alimentar e sustentabilidade de recursos hídricos, no estabelecimento de objetivos e metas comuns.

Mesmo que estudados, discutidos, abordados ou analisados de maneira isolada, os ODS apresentam uma relação holística, onde a consecução de cada um depende diretamente ou indiretamente de suas integrações nos âmbitos social, econômico, ambiental e institucional em prol do equilíbrio da relação homem *versus* meio ambiente. Beleneși *et al.* (2021) citam que “a Agenda 2030 requer uma abordagem complexa em múltiplas dimensões, representando um quadro de referência para a conservação e capitalização dos recursos naturais e humanos e garantindo a proteção dos direitos humanos”, ou seja, a implementação da Agenda 2030 visa justamente esse equilíbrio nos âmbitos citados, buscando uma relação de sintonia, onde a qualidade da vida humana e manutenção dos recursos naturais fornecidos pelo meio devem ser respeitados dentro dos limites do planeta. Os autores ainda acrescentam que os ODS requerem “um estudo completo e análise aprofundada das direções em

que o progresso foi feito no desenvolvimento sustentável, bem como onde ocorrem desafios ou ameaças em relatórios sustentáveis, por meio de monitoramento e avaliação”, sendo a governança, nesse sentido, fator essencial tanto à implementação, quanto ao monitoramento e avaliação dos aspectos citados.

4. Considerações Finais

A urgência de uma mudança de atitude frente aos diversos problemas globais causados pela ação humana destrutiva ao longo de centenas de anos, demanda de todos (governo, sociedade civil organizada, instituições privadas, etc) uma força-tarefa que objetive a transformação de pensamentos e, conseqüentemente, de atitudes consolidadas por anos de descaso e irresponsabilidade socioambiental. A Agenda 2030 foi lançada para dar continuidade ao plano de ação traçado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM e expandir as metas especificadas nos 15 anos anteriores, além de renovar as metas já traçadas e direcioná-las para os problemas atuais. A agenda, assim como os ODS, trabalham os 5Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, abrangendo problemas como pobreza, fome, desenvolvimento econômico, igualdade, sustentabilidade ambiental, paz, segurança, boa governança, dentre outros temas importantes.

Em se tratando de governança, a própria Agenda 2030 trás em seu escopo diversas especificações sobre sua importância na implementação dos objetivos. A agenda cita que a democracia, Estado de Direito, boa governança e meio ambiente favorável nos níveis internacionais e nacionais “constituam elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, além do crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome.” A agenda também reconhece a importância do planejamento estratégico, implementação e elaboração de relatórios, com a finalidade de constituir apoio crescente e integrado na implementação dos objetivos, além de expressar a importância da tomada de medidas dos órgãos de governança relevantes na revisão desse apoio à implementação e informação de como está ocorrendo o progresso e quais os obstáculos devem ser superados (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Objetivando avaliar os trabalhos no sentido da avaliação da governança na implementação dos ODS, além de expandir para a importância da avaliação da governança em outras áreas temáticas, o trabalho selecionou artigos que contemplassem referências importantes na constituição de uma base bibliográfica que permita reflexão abrangente e integrada do que está sendo publicado nesse sentido, do que pode ser estudado posteriormente, das lacunas existentes no trato simultâneo dos assuntos e das contribuições dos trabalhos em áreas conexas, a fim de se alcançar melhor compreensão de como se deve avaliar a governança mediante implementação dos ODS.

Os resultados mostraram a carência de publicações que trabalham a avaliação da implementação dos ODS de forma integrada e que tratam de uma metodologia específica para tal avaliação, considerando as particularidades demandadas pelos ODS. No entanto, por outro lado, mesmo que ainda em um número muito pequeno, foi possível identificar uma série de artigos que fornecem tanto base teórica, no sentido definir a governança e seus termos, quanto estudos práticos que demonstram a sua importância na avaliação em outras áreas temáticas e dos ODS de forma isolada. Ambas as bases de dados (*Scopus* e *Web of Science*) apresentaram artigos relevantes para estudos posteriores nesse sentido, no entanto, a área de pesquisa ainda é pouco explorada. Foi identificada uma necessidade notável de estudos que abordassem uma metodologia específica para a avaliação da governança no sentido da implementação dos ODS. A própria Agenda 2030 apresenta essa necessidade de avaliação tanto do ponto de vista do progresso obtido, quanto dos obstáculos enfrentados, ressaltando-se a importância da boa governança no desenvolvimento sustentável.

Além das duas bases de dados utilizadas na pesquisa, *Scopus* e *Web of Science*, como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se a expansão para outras bases de dados. Além disso, como precursores dos ODS, os ODM também se tornaram importantes objetivos, sugerindo-se que para pesquisas futuras, poderia ser atualizado o recorte temporal, para que o mesmo abarque os anos anteriores os ODS e após os ODM.

Referências

- Ahmed, M., & Araral, E. (2019). Water governance in India: Evidence on water law, policy, and administration from eight Indian states. *Water (Switzerland)*, 11(10). <https://doi.org/10.3390/w11102071>
- Aksoy, C. G., & Tumen, S. (2021). Local Governance Quality and the Environmental Cost of Forced Migration. *Journal of Development Economics*, 149, 102603. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2020.102603>
- Amaral, H. F., Mato, G. A. S., & Iquiapaza, R. A. (2018). Intensidade e incidência de governança: avaliando a governança financeira em nível estadual no Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 316–326.
- Asuquo, C., Lashinde, A., & Adu, E. (2021). Governance quality and public sector procurement of infrastructure projects in developing countries: evidence from Nigeria. *Journal of Public Procurement*. 21(3), 285-299. <https://doi.org/10.1108/JOPP-10-2019-0067>
- Bayar, Y. (2016). Public governance and economic growth in the transitional economies of the European Union. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 2016(48), 5–18.
- Beleneși, M., Bogdan, V., & Popa, D. N. (2021). Disclosure dynamics and non-financial reporting analysis. The case of romanian listed companies. *Sustainability (Switzerland)*, 13(9). <https://doi.org/10.3390/su13094732>
- Ben Ali, T., & Ben Abdul Aziz Al Yahya, B. (2019). The effect of governance on public debt: an empirical investigation for the Arabian Gulf countries. *Journal of Economic Studies*, 46(4), 812–841. <https://doi.org/10.1108/JES-07-2017-0168>
- Bradshaw, C. J. A., Otto, S. P., Annamalai, A. A., Heft-Neal, S., Wagner, Z., & Souëf, P. N. L. (2019). Testing the socioeconomic and environmental determinants of better child-health outcomes in Africa: A cross-sectional study among nations. *BMJ Open*, 9(9). <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-029968>
- Casiano Flores, C., Tan, E., Buntinx, I., Cropvoets, J., Stöcker, C., & Zevenbergen, J. (2020). Governance assessment of the UAVs implementation in Rwanda under the fit-for-purpose land administration approach. *Land Use Policy*, 99(April), 104725. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104725>
- Czepil, B. (2020). Quality of governance at the communal level in Poland: An exploratory study of the worst performer case from the opolskie province. *Halduskultuur*, 21(1), 22–55. <https://doi.org/10.32994/HK.V21I1.224>
- Da Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2017). Structuring composite local governance indicators. *Policy Studies*, 38(2), 109–129. <https://doi.org/10.1080/01442872.2016.1210117>
- Fernández-Tabales, A., Foronda-Robles, C., Galindo-Pérez-de-Azpillaga, L., & García-López, A. (2017). Human Developing a system of territorial governance indicators for tourism destinations. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(9), 1275–1305. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1260136>
- Ferreira, M. P. (2011). A bibliometric study on ghoshal's managing across borders. *The Multinational Business Review*, 19(4), 357-375.
- Gomes, M. B., Albernaz, L. R., Nascimento, A. C., & Torres, F. R. (2016, maio/agosto). Accountability e Transparência na Implementação da Agenda 2030 : As Contribuições do Tribunal de Contas da União. *Revista do TCU*, (136), 76-91. <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1361>
- Graham, J., Amos, B., & Plumtree, T. (2003). Governance principles for protected areas in the 21 st century prepared for the fifth world parks congress durban, south africa in collaboration with parks canada and canadian international development agency. Prepared for *The Fifth World Parks Congress Durban*, South Africa. [http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century.pdf?1](http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance%20Principles%20for%20Protected%20Areas%20in%20the%2021st%20Century.pdf?1)
- Im, T., & Choi, Y. (2018). Rethinking National Competitiveness: A Critical Assessment of Governmental Capacity Measures. *Social Indicators Research*, 135(2), 515–532. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1494-z>
- Kaufmann, D., Kraay, A & Mastruzzi, M., (2010). The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues. *World Bank Policy Research Working Paper No. 5430*, Washington.
- Organizações das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. <https://doi.org/10.17979/ams.2018.25.1.4655>
- Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, 71(1), 33–39. <https://doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>
- Ramos-Rodríguez, A. R., & Ruiz-Navarro, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. *Strategic Management Journal*, 25, 981-1004.
- Ruiz-Cantero, M. T., Guijarro-Garvi, M., Bean, D. R., Martínez-Riera, J. R., & Fernández-Sáez, J. (2019). Governance commitment to reduce maternal mortality. A political determinant beyond the wealth of the countries. *Health and Place*, 57(March), 313–320. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2019.05.012>
- Sokolow, J., Kennedy, G., & Attwood, S. (2019). Managing Crop tradeoffs: A methodology for comparing the water footprint and nutrient density of crops for food system sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 225, 913–927. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.056>
- Su, T. D., & Bui, T. B. H. (2017). Government size, public governance and private investment: The case of Vietnamese provinces. *Economic Systems*, 41(4), 651–666. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2017.01.002>
- Tarek, B. A., & Ahmed, Z. (2017). Institutional Quality and Public Debt Accumulation: An Empirical Analysis. *International Economic Journal*, 31(3), 415–435. <https://doi.org/10.1080/10168737.2017.1354906>